MIGRAÇÕES, DESENVOLVIMENTO E CRISE NO BRASIL

(texto produzido em 1996, não publicado. As migrações para o NO –conforme os Censos Demográficos de 1991 e 2000 -, mostram forte redução entre as décadas de 1990 e de 2000: as entradas líquidas para o NO passaram de 700.000 p/ apenas 130.000. As estimativas pessimistas que se faziam no período {em torno de 1995-1999} estavam coerentes com a realidade que os Censos mostrariam.)

Wilson Cano*

Nos últimos 120 anos, o Estado de São Paulo tem sido a região brasileira que mais tem recebido imigrantes nacionais e estrangeiros, desde os grandes fluxos europeus e japoneses, até os anos 20, aos fluxos nacionais (predominantemente de nordestinos, mineiros e sulinos) que cresceram a partir dos anos 30. Hoje, São Paulo concentra cerca de 40% do total de emigrantes nacionais, 54% dos emigrantes nordestinos (exclusive os do Maranhão), 55% dos paranaenses, 46% dos mineiros e 31% dos emigrados do Rio de Janeiro.

Tabela 4

FLUXOS MIGRATÓRIOS INTER-REGIONAIS ACUMULADOS (a)

	1.000 habitantes		(%)	
	Total acumulado (A)	Acréscimo no Período (B)	A/ Pop. Total	B / Acréscimo Pop. no Período
1940	2.772	...	6,7	...
1950	4.259	1.487	8,2	13,9
1960	7.304	3.045	10,4	16,8
1970	11.204	3.900	12,0	16,9
1980	16.524	5.320	13,9	20,6
1991	19.454	2.930	13,2	10,5
1995(b)	21.390	1.936	13,7	21,5

Fonte: FIBGE-Censos Demográficos e PNAD-95. (Dados brutos)
(a): Fluxo resultante das seguintes agregações: NO, CO (inclui TO), DF, MA, NE (-MA), ES, MG, RJ, SP, PR, SC, RS. Ver tabelas no apêndice.

(b) :Como a PNAD não pesquisou a população rural do NO, há uma subestimação de pelo menos 640 mil imigrantes para essa região (verificáveis no confronto censo 91/ PNAD 93). Na tabela acima ajustei os dados originais, corrigindo aquela subestimação.

O quadro acima mostra que, durante o longo período de crescimento representado pelo período 1940-80 o fluxo acumulado migratório cresceu quase seis vezes, dobrando em

* **Professor Titular do Instituto de Economia da UNICAMP, 1996. Texto pubicado em Anped 1996 Encontro anual, Campinas**

relação ao estoque populacional, atingindo o maior crescimento marginal (20,6%) exatamente na década de 1970 - a do ”milagre”. Com a crise, os fatores de atração diminuíram sensivelmente ao mesmo tempo em que, nas áreas tradicionalmente expulsoras, os efeitos decorrentes da desconcentração produtiva ocorrida nos últimos quinze anos, da urbanização, do grande aumento regional do emprego público e do aumento da crise social e da violência, certamente contiveram parte do “desejo” e da “necessidade” de emigrar para as áreas mais desenvolvidas do país.

Também nesta parte do texto não tenho por objetivo fazer uma “reconstituição” histórica, mas apenas algumas comparações qualitativas sobre o sentido, momento e espaço da manifestação de nossos principais fluxos migratórios a partir da colossal expansão cafeeira paulista da década de 1920.

Assim, nossa atenção se volta aos desdobramentos dos processos de urbanização, industrialização e de integração do mercado nacional. Esta parte de divide em dois tópicos: o longo e entrecortado período que vai da grande expansão cafeeira da década de 1920 ao auge do “milagre” brasileiro; o que compreende a “crise da dívida” e a abertura neoliberal (1975 ao presente).

1- 50 ANOS DE ACOMODAÇÃO SOCIAL E REGIONAL (1924-1974)

Até a Primeira Guerra, RJ era o principal destino da emigração nacional. Mesmo sofrendo seu retrocesso cafeeiro e industrial, a antiga capital expandiu e diversificou suas atividades urbanas terciárias, mantendo-se, até recentemente, no maior ancoradouro para os emigrantes do NO e do ES, e no segundo maior para os de MG e do NE. Em SP predominou, até a Primeira Guerra, a imigração européia e japonesa, mas a guerra e o “boom” industrial norteamericano dos anos vinte limitaram seriamente sua continuidade, estimulando a imigração nacional - nordestina e mineira em sua maioria.

Como se sabe, a “crise de 29” no Brasil teve apenas quatro anos depressivos (1929-1932), mas as grandes secas nordestinas de 1931-32 fizeram predominar os fatores de expulsão do NE; a diversificação rápida do agro paulista e a expansão industrial pós 1933 e robusteceram os fatores de atração, ampliando-os ainda mais, pela expressividade da industrialização “restringida” e da urbanização por ela induzida.

Entre 1956 e1962, a implantação da indústria “pesada” reforçaria esse processo, acelerando a integração de mercado nacional. É fato que a maior parte dos investimentos desse período se concentrou em São Paulo, mas também é fato que a participação do imigrante nacional na população paulista passou, de 10,1% em 1940 para 14,3% em 1960 totalizando 1,8 milhões de pessoas, sendo nordestinos (32%) e mineiros (36%) sua maioria.

Essa época foi também a do aumento do êxodo rural no Brasil - notadamente em São Paulo - o qual teve notável escoadouro tanto na vigorosa industrialização e urbanização paulista quanto na expansão da “fronteira” agrícola do PR, CO e MA.

A abertura do norte paranaense, desde a segunda metade dos anos vinte, ampliava não só a cafeicultura mas, principalmente, a pequena e média propriedade rural, com o que, em 1940 os que emigraram para aquele estado já perfaziam 17,3% de sua população, cifra que em 1960 subia para 39,3% contando 1,7 milhões (dos quais 42% eram paulistas fugidos da crise cafeeira e 36% eram mineiros e nordestinos.

A "fronteira" do MA e a do CO constituíram, naquele momento, "amortecedores auxiliares", contando a primeira em 1960 cerca de 440 mil nordestinos de outros estados e a segunda, 713 mil outros brasileiros (dos quais 506 mil eram nordestinos e mineiros). A recém criada Brasília também dava importante contribuição, registrando 131 mil imigrantes.

Até o início da década de 1960, essa dinâmica de expansão amorteceu o êxodo rural e a expansão demográfica urbana, e o testemunho disto é que a literatura econômica de então não discutia o tema do desemprego aberto, quando muito, o do subemprego . Essa dinâmica, além do estrutural conservadorismo de nossas elites, foi responsável pela postergação da Reforma Agrária, tema que a partir desse momento cresceu no debate nacional, porém, mais em função do drama social nordestino e de sua estrutura fundiária.

A crise 1962-66 e a política econômica gestada a partir do golpe militar, alteraram esse quadro: recessão, desemprego e queda salarial abalavam agora a forma de vida urbana, até agora "suportável". As reformas institucionais (tributária, financeira, administrativa e a do trabalho), possibilitaram, a partir de 1967, a retomada do crescimento e da política de desenvolvimento regional, criando novos amortecedores sociais regionais. Na década de 1960 SP recebia mais 1,3 milhões de emigrantes nacionais, o PR 800 mil, RJ e Brasília, cerca de 300 mil cada. Contudo, os fluxos de saída também cresceram: o MA tornou-se expulsor, "fechando a fronteira" e o PR e RJ já antecipavam a alteração mais radical que ocorreria com seus saldos migratórios na década seguinte.

Porém, a política de incentivos às exportações agroindustriais e a instituição de formas modernas de crédito rural a partir de 1965 aceleraram sobremodo a modernização e transformação estrutural da agricultura - notadamente no Centro-Sul-, concentrando ainda mais a propriedade e acelerando o êxodo rural. A mais radical foi a mudança no agro do PR, de onde, na década de 1970 saíram 924 mil paranaenses e 402 mil outros brasileiros.

Contudo, o elevado crescimento da renda e do emprego urbano na década de 1970 amorteceu o virtual desemprego, o arrocho da política salarial e postergou mais uma vez a Reforma Agrária. São Paulo foi a "meca", absorvendo 2,8 milhões entre 1970 e 1980, em que a maioria era de nordestinos (50%), mineiros (22%) e paranaenses (18%). Esse total compreendia 53% dos emigrantes nacionais, enquanto para o RJ e CO dirigiram-se 18%, para Brasília outros 7% e a Amazônia, com o garimpo, a ZFM e a nova fronteira agrícola recebia outros 12%. O Censo de 1980 mostraria que, dos 16,5 milhões de migrantes nacionais, menos de 10% era constituído de paulistas, mas o Estado de São Paulo acumulava um fluxo de 6,0 milhões de não paulistas em seu território, equivalendo a 24% de sua população.

Com a desaceleração do crescimento, a partir de 1975, desemprego e a crise social já apresentavam maiores preocupações, haja vista a baixa absorção imigratória da região NO, a enorme expulsão no PR e o elevado volume de saída do NE (2,3 milhões), em que pese as loas às políticas de desenvolvimento regional de então. A reforma agrária retomaria rapidamente seu local na agenda do debate político nacional.

2- MIGRAÇÒES E AGRAVAMENTO DA CRISE SOCIAL.

As informações disponíveis para a análise do movimento migratório recente estão contidas nos Censos de 1980 e de 1991 e nas PNADs de 1993 e 1995. Estas, contudo, por não pesquisarem a população rural da região NO, subestimam, no confronto 1980-1993 pelo menos 640 mil imigrantes que entraram no NO entre 1980 e 1991, revelados pelo censo de 1991.**(x)** Assim, ajustei os dados das PNADs, adicionando-lhes aquela cifra. Dado que entre 1993 e 1995 mais 91 mil imigrantes entram no NO, é provável que, mesmo com aquela correção ainda tenhamos uma nova subestimação (91 mil) entre 1991 e 1993. Ainda, advirta-se que o estado de TO, neste trabalho, continua agregado à região CO. As matrizes desses fluxos migratórios encontram-se anexadas ao desta parte II. A análise deste tópico, que tem sua base econômica na parte I, se moverá em torno do confronto 1980-91/ 1991-95.

Como se viu na parte I, a década de 1980 foi muito ruim para a economia paulista, diminuindo consideravelmente seus atrativos imigratórios. Para a maior parte do resto do país, ainda ocorreu a maturação de investimentos realizados entre 1975 e 1985 e algum crescimento da renda e do emprego. Assim, a combinação dessas duas manifestações contraditórias contribuiu para a sensível diminuição dos fluxos migratórios do período 1980-91, cujas médias anuais foram pouco mais do que a metade das de 1970-1980.

Mesmo com esta grande crise que nos assola desde 1976, este gigante territorial, demográfico e industrial ainda mantém significativa capacidade de crescer e urbanizar-se. Esta urbanização - periférica ou não- , é geratriz de novas demandas de bens e serviços simples (e, às vezes, também complexos), germinadores, por sua vez, de novas ocupações, o que também se constitui em amortecedor de crise, de desemprego e das migrações. Não se entenda com isto, que essa acomodação possa substituir uma política nacional ou regional de desenvolvimento. É bom lembrar que a expansão do gasto público de governos locais, a "guerra fiscal" e as políticas de turismo interno também complementaram a expansão dos "mercados internos" e da urbanização periférica.

Por sua vez, o fenômeno da desconcentração produtiva - a partir de São Paulo- e a diversificação necessária de serviços na periferia, exige a presença de considerável contingente de mão de obra habilitada e de empresários, o que pode explicar, em parte, parte das saídas de migrantes de regiões mais desenvolvidas para as periféricas.

No Estado de São Paulo, ao longo deste século, as migrações sofreram mudanças tanto na sua origem quanto no seu destino. O café interiorizara o imigrante, gerando ainda "sobras" suficientes para fazer surgir uma cidade como São Paulo. No período inicial da industrialização, que convivia com moderado grau de modernização agrícola, era a Grande

São Paulo que atraia maior número de migrantes de outros estados e do interior paulista, em busca de emprego e de melhor nível de vida. Dava-se, portanto, um "esvaziamento" demográfico do interior, que reforçava a metropolização da cidade de São Paulo, ao mesmo tempo que se abria um importante vetor compensatório para grande parte do excedente demográfico periférico.

A consolidação da indústria pesada, os problemas decorrentes de uma urbanização acelerada e descontrolada e o aumento absoluto das camadas sociais mais pobres geraram atitudes negativas para uma continuidade do tipo de crescimento da metrópole. A isso se associam gestões diretas e indiretas que resultaram em considerável expansão e diversificação econômica (agro-industrial, industrial e terciária) e urbana do interior paulista, a que, entre 1975 e 1985 -seu auge-, se denominou "interiorização do desenvolvimento econômico".

Isto, como já mostrei, fez com que a concentração industrial no interior do estado aumentasse, entre 1970 e 1985, diminuindo o efeito provável de uma descentralização e desconcentração ainda maior para outros estados. O fenômeno também alterou os fluxos migratórios internos entre as várias regiões paulistas, engrossando a urbanização daquelas que mais se beneficiavam daquela desconcentração, como Campinas, Sorocaba e Vale do Paraíba. Ainda mais, ao ter crescimento econômico muito à frente do que ocorria na GSP (e também da média do país), o Interior do estado passou também a atrair parte substancial da entrada de imigrantes não paulistas. Isto ocorreu entre 1970 e 1985, vindo, depois, a desaceleração econômica e a migratória.

A persistência da crise na década de 1980 não deixava dúvidas quanto à diminuição dos fluxos imigratórios para o Estado e notadamente para a GSP, obrigando-nos a revisões acentuadas, para baixo, das estimativas da taxa demográfica da metrópole, confirmadas pelo Censo de 1991. Com efeito, o fluxo imigratório que entrara em SP entre 1970 e 1980, equivalera a 53% do total nacional, cifra que baixou para 37% entre 1980 e 1991, subindo para 41% em 1991-1995. Essas cifras apontam também para a hipótese de que as migrações de retorno tenham crescido muito em 1980-1991.

Embora o período 1991-1995 seja relativamente curto para uma análise migratória, ele envolve profundas transformações na economia e na política econômica e, em especial, na questão do desemprego e das políticas de desenvolvimento regional. Estas mudanças certamente alteraram, para pior, a questão migratória inter-regional do país.

Vejamos um resumido balanço inter-regional migratório, iniciando pelo maior receptor, que tem sido SP.

Entre 1980 e 1991, as entradas de imigrantes em **São Paulo** somaram 1,1 milhões (média anual de 97,3 mil contra 282 mil na década anterior), mostrando preocupante redução de sua capacidade receptora, e apresentando interessantes modificações. A maior foi a do NE com 0,7 milhão (67% do total) e 54% menor do que a de 1970-1980. As de MG reduziram-se fortemente, de 607 mil para 6 mil, tanto expansão industrial e urbana desse estado, quanto pela crise maior em SP. A grave situação do RJ aumentou a emigração de

seus naturais para São Paulo, como também ocorreu com os do PR, cujas entradas em SP somaram 230 mil, reduzindo-se à metade da década anterior, quiçá como fim do rescaldo reestruturante agrícola local. As oriundas das demais regiões tiveram variações absolutas pequenas, tanto pela perda das atratividades paulistas quanto pelo fato de que foram elas as regiões que mais cresceram no país, nesse período.

As saídas nesse mesmo período totalizaram 310 mil (média anual de 28,2 mil) das quais: 35% para o NE (principalmente para PE, BA e CE), podendo, inclusive, parte deste fluxo ser constituído de filhos de antigos imigrantes nordestinos; também 35% foram para MG, pelos fatores já apontados; 25% para o CO, predominantemente para MT e MS, no rastro da expressiva agroindustrialização e urbanização que essa região teve no período. As saídas para o NO cresceram para 79 mil (42 no período anterior), certamente como resultado da abertura da fronteira agrícola, urbanização e expansão da ZFM. Expressivos foram os refluxos de paulistas do PR e do RJ, pelas razões já antecipadas. As saídas para as demais regiões aumentaram, com pequenas variações absolutas e relativas.

Entre 1991 e 1995, as entradas em SP voltaram a crescer, somando 794 mil (80% das quais entre 1991 e 1993, antes do agravamento do desemprego causado pela intensificação da abertura e pelo Plano Real. A média anual dessas entradas (198,5 mil) embora se situe abaixo da de 1970-80, é o dobro da verificada em 1980-91 As provenientes do NE representaram 61% do total e as de MG recrudescem, atingindo 30%. Salvo as do NO, que apresentam pequena diminuição, as das demais regiões crescem, com pequenas variações absolutas e relativas.

Saíram no período 239 mil paulistas (em média, o dobro da década anterior), sendo que 84% ocorreu entre 1991 e 1993. Salvo para o MA e o DF, para onde foram ligeiramente menores do que anteriormente, as saídas de paulistas para todas as demais regiões aumentou, dirigindo-se para o NE 34% do total, 24% para o CO e 23% para MG.

Na **Amazônia,** ao contrário do que se esperava, o fluxo de entrada na região entre 1980 e 1991 (832 mil pessoas) foi em termos de médias anuais, 17% maior do que o da década anterior (647 mil). A alta cifra subestimada pela PNAD, por não pesquisar a população rural do NO, impõe a necessidade de um conhecimento mais acurado daquela realidade, dado que a maioria dos trabalhos sobre o fato afirmavam a hipótese de um "fechamento"da fronteira agrícola da região e de uma redução considerável do emprego na ZFM (o que de fato ocorreu), afetada pela abertura comercial.

Contudo, é possível que grande parte desse contingente (subestimado) adicional apenas resida na zona rural, realizando trabalhos classificáveis como urbanos (indústria, comércio, serviços) nas zonas rurais e urbanas. Esta hipótese é reforçada pela extraordinária velocidade da urbanização daquela região, no período, notadamente em RO e PA.

Entre 1991 e 1995 teriam entrado mais 200 mil (média anual 33% inferior à da década anterior), 100 mil registrados pelas PNADs 93 e 95 e 100 mil que estimamos terem entrado aentre 1991 e 1993. Computado todo o período (80-95) nordestinos e maranhenses

(em partes iguais) representaram 50% do total e os do CO 15% sendo o restante originado das demais regiões do país

O **Maranhão**, que desde 1960 diminuíra sua capacidade receptora, passa, entre 1980 e 1991 a expulsor líquido e suas saídas, neste período, totalizaram 344 mil (média anual 25% maior do que a da década anterior), 63% dos quais se dirigiram ao NO.Isto, a despeito dos benefícios que teve com investimentos do IIPND, como metalurgia, porto e estradas (e com outros gastos durante o governo Sarney).

Entre 1991 e 1995 estimo (face à subestimação das PNADs) que 150 mil maranhenses devem ter saído, mais da metade para o NO. As entradas apresentaram leve aumento, totalizando apenas 34 mil pessoas.

No período 1980-1991 o **Nordeste (exclusive o MA)** teve saídas totais de 1.040 mil nordestinos (médias anuais em torno de 95 mil pessoas, ou cerca da metade do período anterior), com SP absorvendo 722 mil o NO 180 mil e o CO 138 mil. Contribuíram para essa diminuição, 90 mil nordestinos que deixaram o PR, 37 mil o MA e 31 mil o RJ. Essa redução do fluxo de saída, a nosso entender, significa uma "síntese" estatística daqueles efeitos atrativos e repulsivos: emprego público, turismo, maturação tardia de investimentos de grande porte, expansão de cidades médias e urbanização, vis a vis o aprofundamento da crise econômica em SP e RJ. Entraram, no período, 296 mil não nordestinos (média 25% acima da anterior), dos quais 133 mil paulistas, 5o mil do RJ e 42 mil do MA. É possível conjecturar sobre hipótese de que parte dessa imigração seja constituída de pessoas mais qualificadas, requeridas pelos projetos de modernização agrícola e industrial, e parte, talvez, de filhos e outros parentes de nordestinos que retornaram dessas mesmas regiões.

Entre 1991 e 1995 , "corrigidas" as subestimações das PNADs, teriam sido de 610 mil as saídas de nordestinos, 79% dos quais foram para SP e 17% para MG e CO. Assinale-se a diminuição (menos 9 mil) de nordestinos no DF. É preocupante o fato de que a média anual dessas saídas é 47% maior do que a da década anterior, significando um agravamento da situação econômica e social da região. Entraram no período 209 mil não nordestinos, sendo 82 mil de SP, 39 mil do RJ, 36 mil do MA e 17 mil do DF. O aumento deste fluxo (média anual 95% maior do que a de 1980-91) contém a mesma ambigüidade acima apontada para o de 1980-91.

Quanto aos de **MG**, foram muito beneficiados pela desconcentração industrial (notadamente a causada pela "guerra fiscal") e por sua expansão urbana e agrícola, além da já referida diminuição de oportunidades paulistas, onde, até hoje 1,8 milhões de mineiros encontraram ancoradouro. Em 1980 encontravam-se fora de MG 4.007 mil mineiros, cifra que em 1991 baixa para 3.942 mil. Esta pequena redução, na verdade, é o resultado líquido de grandes retornos de mineiros, do RJ e do PR e de saídas apreciáveis para o NO e ES e pequenas para outras regiões. As entradas no período (207 mil) têm média 36% menor do que as do período anterior, e se originam, de SP, 41%, do RJ, 18% e 13% do NE.

No período 1991-1995 as saídas retomam níveis altos (contudo, ainda 36% menores do que as elevadas saídas da década de 1970), somando 303 mil mineiros, dos quais 78% se

dirigiu a SP, 14% ao CO e 11% ao ES. Destaque-se a continuação do retorno de mineiros, do RJ, em número de 25 mil. As entradas somaram 154 mil (com média anual 85% maior do que no período anterior): 54 mil de SP, 46 mil do NE, 34 mil do RJ e 29 mil do ES.Em síntese, MG parece ter voltado a ser o alto expulsor líquido demográfico que fora até 1980.

No **Rio de Janeiro**, a desaceleração econômica e o agravamento da crise social, que desde a década de 1970 já vinha dando mostras de seus efeitos sobre as migrações, tornou o quadro ainda mais grave no período recente. Entre 1970 e 1980, admitiu 531 mil imigrantes, mas perdeu 189 mil de seus naturais. Entre 1980 e 1991 suas entradas foram negativas, com a média anual de 26,5 mil pessoas que para lá haviam emigrado deixando a região e a média de suas saídas foi de 16,2 mil; o total de expulsão deste período foi de 443 mil pessoas. No período 1991-95, como é sabido, a manifestação local da crise exacerbou-se: a média anual de suas saídas aumentou 44% e, embora tenham ocorrido entradas (média anual de 12 mil) foram insuficientes para compensar as saídas.

Espírito Santo e Santa Catarina foram dois dos estados mais beneficiados pela desconcentração industrial, pela expansão agroindustrial e pela urbanização, revertendo algumas tendências expulsoras.

No **ES**, as saídas no período 1980-91 foram drasticamente menores do que em 1970-80 (em média 90% inferiores), mas resultado líquido de saídas efetivas predominantemente para o NO e de retornos expressivos do RJ. As entradas foram, em média 10% acima das da década anterior, e também se originaram principalmente de MG, RJ e NE. Entre 1991 e 1995 o quadro de saídas reverte, com médias anuais duas vezes maiores do que as de 1970-80, majoritariamente dirigidas ao RJ e MG. As entradas sobem (médias 28% acima das de 1980-91), atingindo no quatriênio 66 mil, metade dos quais de MG. O saldo líquido, neste último período, voltou a ser expulsor.

Em **SC** as saídas foram, em média, apenas 18% das verificadas, com o retorno de catarinenses do PR e saídas principais para CO e RS.As entradas foram praticamente idênticas às da década anterior, com os paranaenses representando 72% do total. Entre 1991 e 1995 as saídas, anualizadas, foram pequenas, ligeiramente acima das de 1980-91, com as saídas efetivas (principalmente para RS e SP) parcialmente compensadas pelos catarinenses que retornaram do PR.

Rio Grande do Sul também se beneficiou daqueles eventos e embora continue como expulsor líquido, entre 1980 e 1991 reduziu seu fluxo de saída (apenas 30 mil pessoas) a cerca de 13% do ocorrido na década anterior. Suas entradas, que já eram pequenas, também se reduziram nesse período. Entre 1991 e 1995, contudo, as saídas crescem muito, atingindo uma média anual 50% maior do que a de 1970-80. Embora suas entradas tenham aumentado um pouco, mantiveram-se em niveis absolutos pequenos (média anual de 12,7 mil pessoas).

O **Paraná** consolidou, no período recente, sua estrutura expulsora, já iniciada no fim da década de 1960. Seus fluxos de entrada e de saída, entre 1970 e 1980 haviam sido de, respectivamente, - 402 mil e 924 mil, ao passo que os de 1980-1991 atingiram - 305 mil e

655 mil (médias anuais de -27,7 mil e 59,5 mil), este último, só perdendo para as saídas nordestinas. Como no caso do RJ, deu-se, com a grande "entrada negativa", refluxo de não-paranaenses para várias regiões do país. As principais regiões para as quais os paranaenses emigraram foram SP (35%), CO (27%), NO (17%) e SC (13%). Entre 1991 e 1995 o PR deixou de ser expulsor líquido, dado o pequeno número de suas saídas (17 mil no quatriênio) e a ocorrência de entradas que somaram 93 mil.

Na região **CO(exclui DF e inclui TO),** a desconcentração produtiva e a urbanização beneficiaram a região, reduzindo em um terço, no período 1980-1991, a média anual dos fluxos de saída. Os de entrada aumentaram apenas 14%, mas têm sido elevados; sua origem é dispersa e as principais regiões de emigração foram NO, MA, NE, MG, SP e DF. As entradas da região acumuladas entre 1980 e 1995 somaram 931 mil pessoas, só ficando abaixo das de SP (1,9 milhões) e do NO (1 milhão).Entre 1991 e 1995 a média anual de suas saídas se reduziu ainda mais (40% menor do que as de 1980-91), aumentando o potencial receptor da região. As entradas médias foram 28% mais altas do que as de 1980-91, com origem também dispersa. `

Em **Brasília (DF)**, o agravamento da crise nacional e particularmente o debilitamento do Estado nacional afetou seriamente sua capacidade receptora. Lembremos que entre 1970 e 1980 fora o quinto maior receptor nacional, com suas entradas somando 377 mil pessoas (das quais 50% do NE, 18% de MG e 15% do CO) e suas saídas 47 mil.. Entre 1980 e 1991 com o agravamento da crise e a implantação das políticas neoliberais - entre as quais a famosa "reforma"do estado, de Collor- a média anual de suas entradas (os do NE perfizeram 64%) equivaleu a apenas um terço da ocorrida na década anterior e a de suas saídas -embora ainda pequenas- cresceram 21%. Entre 1991 e 1995 as entradas anuais mantiveram o mesmo nível reduzido mas suas saídas (91 mil no quatriênio) foram 76% mais altas do que as entradas, transformando também o DF em expulsador líquido.

No balanço de longo prazo, ocorreram as seguintes mudanças:

- até 1960 NE (exclusive MA), MG, ES, SC e RS, eram as únicas regiões expulsoras líquidas do país;

- entre 1960 e 1970 também o MA tornou-se expulsor;

- entre 1970 e 1980 o PR incorporou-se a esse grupo;

- entre 1980 e 1991 o RJ também se converteu em expulsor, mas MG, ES, SC e RS contiveram suas saídas e deixaram de ser expulsores;

- entre 1991 e 1995 DF passou a ser expulsor; MG, ES e RS voltaram a ser expulsores, ao passo que o PR deixou de sê-lo.

Tabela 5

Migrações inter-regionais: saldos líquidos médios anuais

(entradas menos saídas, em 1.000 pessoas)

	NO			CO			SP		
	E	S	E-S	E	S	E-S	E	S	E-S
1960-70	5,4	3,7	1,7	50,8	11,4	39,4	135,4	30,5	104,9
1970-80	64,7	6,0	58,7	50,2	30,2	20,0	282,1	18,2	263,9
1980-91	75,6	9,1	66,5	57,8	20,8	37,0	97,3	28,1	69,2
1991-95	50,0	26,3	23,7	73,8	-5,7	79,5	198,5	59,7	138,8

Fonte (dados brutos) FIBGE, Censos Demográficos e PNAD 95 (dados ajustados da PNAD, pelo autor; ver texto). E (entradas), S (saídas).

Embora o PR e SC deixassem de ser expulsadores, cabe lembrar que seu potencial de recepção é muito baixo, disso resultando que as únicas regiões que efetivamente têm se mantido como fortes receptoras líquidas são o NO, CO e SP, como mostra a tabela 5. Nela se pode verificar o fator depressivo causado pela crise e pelas políticas neoliberais, contraindo a capacidade receptora do NO e de SP. O CO ainda aumentou-a, graças à desconcentração agroindustrial e à continuidade da urbanização. As cifras dessa tabela nos colocam a seguinte interrogação: será possível manter a capacidade crescente da região CO? Ainda que a resposta seja positiva, cabe outra indagação: se a capacidade receptora de SP declinar, que destino terão as levas de migrantes periféricos, notadamente dos nordestinos? O esperado agravamento da situação do RJ e do DF colocam mais nuvens negras nesse cenário.

A política neoliberal iniciada por Collor em 1990 e aprofundada por FHC, diminuiu consideravelmente aqueles fluxos emigratórios para São Paulo, dado o medíocre comportamento econômico de sua renda e do desemprego. Como essa dinâmica afetou mais seriamente Rio e São Paulo, e dada a situação prévia em que se encontrava o problema social nessas áreas, não é difícil entender as razões básicas que embasam o extraordinário aumento da violência nesses dois Estados, agora já não mais radicada apenas em suas duas maiores cidades, mas já espraiada em quase todas as cidades de grande porte do país.

Por último, a disseminação, pela maior parte do território nacional, da violência e do crime (prostituição, droga, tráfico, contrabando, roubo, furto, etc.) que também são vetores importantes de "emprego", direto, aos marginais e indireto, ao incrível e numeroso "exército" de segurança privada daí induzido.

TABELA 1
Fluxos Migratórios Inter-Regionais Acumulados - 1993

Saída / Entrada	NO*	MA	NE*	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	CO*	DF	TOTAL
NO*		61.714	51.396	11.864	5.498	76.903	41.329	8.034	1.755	2.460	47.933	19.773	328.659
MA	233.409		140.703	6.779	1.998	68.469	65.193	1.340		987	169.574	64.421	752.873
NE*	318.351	397.904		238.948	105.960	1.093.265	3.958.366	180.262	11.700	10.487	626.789	401.187	7.343.219
MG	83.570	7.308	105.450		276.318	677.252	1.926.948	316.730	7.020	10.023	551.679	194.467	4.156.765
ES	40.190	1.624	29.487	89.981		260.032	53.368	19.590	585	211	24.697	7.338	527.103
RJ	21.417	5.685	138.725	149.970	70.968		239.837	24.573	11.411	16.380	33.829	55.862	768.657
SP	51.458	8.932	311.441	333.799	27.491	116.448		585.554	32.175	18.812	445.516	30.164	1.961.790
PR	118.606	812	32.087	52.598	8.998	18.402	1.052.192		211.192	60.186	347.344	8.969	1.911.386
SC	7.365	-	5.020	4.184	1.500	8.635	59.523	297.408		164.251	49.973	3.668	601.527
RS	30.822	-	14.201	10.492	-	36.109	86.520	350.782	330.533		137.691	17.532	1.014.682
CO*	159.228	36.541	30.452	84.140	2.998	34.770	214.738	36.658	4.095	7.986		146.760	758.366
DF	5.539	4.872	34.170	19.789	3.999	12.781	19.881	1.019	-	2.754	93.300		198.104
TOTAL	1.069.955	525.392	893.132	1.002.544	505.728	2.403.066	7.717.895	1.821.950	610.466	294.537	2.528.325	950.141	20.323.131

Fonte (Dados Brutos) - FIBGE: Censos Demográficos e PNAD-93. A população rural do NO (-TO) não foi pesquisada em 1993.
* NO: exclui TO; NE: exclui MA; CO: inclui TO.

TABELA 2
Fluxos Migratórios Inter-Regionais Acumulados - 1993

Saída / Entrada	NO*	MA	NE*	MG	ES	RJ	SP	PR	SC	RS	MT+GO+MS	DF	TOTAL
NO*		69.023	52.700	12.657	5.498	77.839	43.724	8.611	1.755	2.460	117.881	26.297	418.445
MA	349.263		140.703	6.779	1.998	68.469	65.193	1.340		987	53.720	64.421	752.873
NE (*)	414.185	397.904		238.948	105.960	1.093.265	3.958.366	180.262	11.700	10.487	531.045	401.187	7.343.309
MG	110.832	7.308	105.450		276.378	677.252	1.926.948	316.730	7.020	10.023	524.417	194.467	4.156.825
ES	41.144	1.624	29.487	89.981		260.032	53.368	19.590	585	211	23.743	7.338	527.103
RJ	23.142	5.685	138.725	149.970	70.968		239.837	24.573	11.411	16.380	32.104	55.862	768.657
SP	58.350	8.932	311.441	333.799	27.491	116.448		585.554	32.175	18.812	438.624	30.164	1.961.790
PR	121.219	812	32.087	52.598	8.998	18.402	1.052.192		211.192	60.186	344.731	8.969	1.911.386
SC	8.131	-	5.020	4.184	1.500	8.635	59.523	297.408		164.251	49.207	3.668	601.527
RS	35.984	-	14.201	10.492	-	36.109	86.520	350.782	330.533		132.529	17.532	1.014.682
MT+MS+GO	218.400	29.232	29.148	83.347	2.998	33.834	212.343	36.081	4.095	7.986		140.236	797.700
DF	8.916	4.872	34.170	19.789	3.999	12.781	19.881	1.019	-	2.754	89.923		198.104
TOTAL	1.389.566	525.392	893.132	1.002.544	505.788	2.403.066	7.717.895	1.821.950	610.466	294.537	2.337.924	950.141	20.451.311

Fonte (Dados Brutos) - FIBGE: Censos Demográficos e PNAD-93. A população rural do NO (-TO) não foi pesquisada em 1993.
* NO: inclui TO; NE: exclui MA.

III - CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS.

Portanto, indagar sobre o futuro cenário migratório brasileiro passou a ser uma questão ainda mais difícil de responder pelas razões antes relatadas e notadamente, pela certeza de que a política neoliberal de Collor e Fernando Henrique Cardoso, traz, para o desempenho da economia nacional, uma perigosa via de desestruturação econômica e crescente desemprego.

Por um lado, a quebra a que estão sendo levados o Estado Nacional e os Estaduais, paralisa quaisquer intenções de planejamento. Por outro, o sacrifício inútil a que as finanças públicas (em todas as esferas) estão sendo submetidas, com o enorme aumento da dívida interna e dos juros pagos pelo Tesouro Nacional já desnuda claramente a impossibilidade da retomada do gasto e, principalmente, do investimento público. Adicione-se a isso, a escorchante taxa de juros, que afasta o investimento privado, o aumento da dívida externa e a entrada acumulada de capital de curto prazo, que pode sair de forma explosiva.

Essa política neoliberal de abertura, desregulamentação, privatização e estabilização potencializa ainda mais os efeitos perversos decorrentes da chamada Terceira Revolução Industrial (substituição de trabalho e de insumos tradicionais, automação, informatização, concentração privada do capital e outros).

Assim, com a abertura, a reestruturação empresarial (imposta pelas transnacionais) e a busca insana pela diminuição de um suposto "custo Brasil", estamos assistindo, passivamente, à desestruturação parcial de vários setores produtivos (autopeças, têxtil, brinquedos, confecções e agricultura, são os exemplos mais notados até o momento), à maior precarização do trabalho - aliás, estimulada fortemente pelo próprio Ministro do Trabalho - e um "leilão" nacional (em quase todos os estados) pela maior doação possível de incentivos e subsídios para atrair mirabolantes e prometidos investimentos estrangeiros.

A falsa idéia de que, com a abertura, as empresas se tornariam mais competitivas e eficientes nos obriga a refletir sobre os seguintes fatos trazidos da realidade econômica nas transações comerciais internacionais contemporâneas:

a) as nações de pequeno ou médio tamanho e que constituem a maioria dos países subdesenvolvidos, só atingiram baixo grau de industrialização, e, afora alguns produtos primários tradicionais, só exportam manufaturados em condições excepcionais (nichos, subsídios, mercados preferencialmente concedidos a nível do GATT-OMC, etc.) pouco ou nada tendo de especialização ou eficiência competitiva industrial frente às nações desenvolvidas;

b) os países desenvolvidos de tamanho pequeno ou médio, ao contrário, além de industrializados, contam com estruturas altamente especializadas em suas pautas exportadoras, competindo, então, eficientemente, com os países desenvolvidos de maior porte;

c) países de grande dimensão territorial e/ou de mercado, e desenvolvidos (como os EUA e o Japão), apresentam historicamente pautas exportadoras industriais muito diversificadas, mas que contém muitos itens altamente especializados, como por exemplo, equipamentos de grande porte, no caso dos EUA e eletrônicos, no caso do Japão.

d) o caso dos países subdesenvolvidos de grande tamanho territorial ou de mercado interno médio, como Brasil, Índia, China e Rússia, em geral igualmente apresentam pautas exportadoras diversificadas, porém, sem maiores especializações competitivas em setores de tecnologia avançada. Se "especializam" na produção de bens que usam intensamente mão-de-obra barata, recursos naturais (escassos, na maioria dos países desenvolvidos) para produzir insumos básicos ou produtos agro-industriais ou ainda produtos de alto consumo de energéticos, e/ou altamente poluidores do meio ambiente.

Assim, suas eficiências competitivas estão pré-determinadas e dificilmente podem ser ampliadas. Dessa forma, é uma ilusão pensar no "poder transformador" de modernização e competitividade que o neoliberalismo possa trazer ao mundo

subdesenvolvido. Dito de outra forma, não há nem sombra de se vislumbrar uma rota de crescimento firme, alto e seguro com que pudessem sustentar o emprego.

Voltando às nossas considerações sobre a economia paulista o que podemos no máximo intuir, é que provavelmente o desemprego e a precarização do trabalho aumentarão, a despeito da possível reconcentração (em algumas áreas do Estado de São Paulo ou a ele próximas), de setores industriais e de serviços de alta tecnologia, ampliando ainda mais a miséria e a violência, inibindo assim maiores fluxos imigratórios de não paulistas para São Paulo.

A desconcentração produtiva industrial, no sentido Grande São Paulo - Interior continuará, em marcha mais reduzida do que no passado recente e isto implicará:

a) em maior importância de fluxos imigratórios de não paulistas para o Interior do que para a Grande São Paulo;

b) os fluxos de saída das regiões interiores de menor desempenho econômico, de São Paulo, dirigir-se-ão, preferentemente, para as regiões que têm maior possibilidade de receber os novos investimentos industriais, como Campinas, Sorocaba e Vale do Paraíba.

A desconcentração no sentido São Paulo-restante do país, se mantida a política neoliberal padecerá, crescentemente, dos efeitos perversos que a desestruturação industrial certamente causará. Tais efeitos, não só prejudicarão ainda mais a economia paulista, mas, obviamente, afetarão talvez de forma mais dura, o parque industrial periférico, que é muito menos articulado do que o de São Paulo.

Nesse sentido, é óbvio que as migrações inter-regionais poderão diminuir ainda mais, revelando a contra-face do noticiário policial, pela disseminação ainda maior da crise social por todo o país.

Para os mais otimistas, lembremos do paraíso que era Ipanema e alto Leblon, no RJ, hoje compulsoriamente deslocados para o gueto dos ricos em que se converteu a Barra da Tijuca. Por outro lado, as chamadas nacionais para o noticiário policial proveniente da zona norte do RJ ou de sua famosa Baixada Fluminense, já não são mais especificidades cariocas. Guardadas as proporções relativas, o crime é o mesmo, seja no Rio, São Paulo, Campinas, Salvador ...